

Marias em movimento no fazer-existir-comunidades: o corpo-território das mulheres acampadas em Canaã dos Carajás (PA)

Marias in movements in the making-existing-of-communities: the body-territory of women in encampments in Canaã dos Carajás (PA)

Marías en movimiento en el hacer-existir-comunidades: el cuerpo-territorio de las mujeres acampadas en Canaã dos Carajás (PA)

Laís Alves dos Santos*

Idelma Santiago da Silva**

* Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Possui mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, com ênfase na linha de Produção Discursiva e Dinâmicas Sócio-territoriais, pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará e exerce a função de professora formadora dos Componentes Curriculares de Geografia e Estudos Amazônicos na Diretoria de Ensino do Campo da Secretaria Municipal de Educação de Marabá. Nesta instituição, também integra o Grupo de Trabalho TERRA'S, que visa discutir e implementar a Educação para as Relações Étnico-Raciais e sustentáveis. Já atuou como professora de Geografia do campo na Prefeitura Municipal de Marabá. Tem experiência nas seguintes áreas: desenvolvimento territorial, geografia agrária, geografia feminista, ensino de geografia, geografia da Amazônia e educação para relações étnico-raciais.

** Possui graduação em História (BACH./LIC) pela Universidade Federal do Pará (1999), especialização em história do Brasil pela PUC/MG (2002), mestrado (2006) e doutorado em História (2010) pela Universidade Federal de Goiás. É Professora Adjunta na Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas/ Faculdade de Educação do Campo. Também atua no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia e no Programa de Pós-Graduação em História. Tem experiência na área da Educação do Campo e História Cultural e Social, nos temas de Cultura, Migração, Memória, Identidade e Gênero. Exerceu mandato no cargo de vice-reitora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (2016-2020). Líder do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental Brasileira (UNIFESSPA/ CNPq). Membro do Conselho Científico da Associação Nacional de História Oral (2020-2022).



Resumo: O trabalho discute o fazer-existir-comunidades pelas mulheres acampadas na luta pela terra e pelo território frente à territorialização da mineração industrial em Canaã dos Carajás (PA). Adota-se como referencial teórico principal a noção de corpo-território, analisando entrevistas orais temáticas com sete mulheres acampadas e uma dirigente sindical. A discussão aponta que a territorialização da mineração industrial produz vulnerabilidade e desrealização camponesa, mas que os sujeitos atingidos por essa política têm construído acampamentos em um processo de fazer-existir-comunidades como corpos-territórios de r-existência camponesa frente ao ordenamento territorial imposto pela mineração.

Palavras-chave: Mulheres. Comunidades. Corpo-Território. Mineração. Amazônia Oriental.

Abstract: This paper discusses the practice of community-making by women involved in land and territorial struggles amidst the territorialization of industrial mining in Canaã dos Carajás (Pará, Brazil). The main theoretical framework adopted is the notion of body-territory, and the analysis draws on thematic oral interviews with seven encamped women and one union leader. The discussion highlights that the territorialization of industrial mining generates vulnerability and the undermining of peasant life. However, the subjects affected by this policy have been establishing encampments in a process of community building as body-territories of peasant resurgence in resistance to the territorial ordering imposed by mining activities.

Keywords: Women. Communities. Body-Territory. Mining. Eastern Amazon.

Resumen: Este trabajo analiza la práctica de hacer-existir-comunidades por parte de mujeres acampadas en la lucha por la tierra y el territorio frente a la territorialización de la minería industrial en Canaã dos Carajás (Pará, Brasil). Se adopta como principal marco teórico la noción de *cuerpo-territorio*, y el análisis se basa en entrevistas orales temáticas con siete mujeres acampadas y una dirigente sindical. La discusión señala que la territorialización de la minería industrial produce vulnerabilidad y desrealización campesina; sin embargo, los sujetos afectados por esta política han venido construyendo campamentos en un proceso de hacer-existir-comunidades como cuerpos-territorios de r-existencia campesina frente al ordenamiento territorial impuesto por la minería.

Palabras-clave: Mujeres. Comunidades. Cuerpo-Territorio. Minería. Amazonia Oriental.

Introdução

O presente trabalho discute o fazer-existir-comunidades pelas mulheres nos acampamentos de luta pela terra e pelo território frente à territorialização da mineração industrial em Canaã dos Carajás (PA). Adota-se como referencial teórico principal a noção de corpo-território na perspectiva das mulheres no feminismo comunitário indígena, das ecofeministas latino-americanas e das mulheres entrevistadas na pesquisa.

A metodologia da pesquisa teve base na história oral (Portelli, 2016) com a realização de entrevistas orais temáticas com as mulheres acampadas em 2016 e 2022. Ademais, os dados da pesquisa contam com registros em caderno de campo e fotografias realizadas em visitas às áreas de alguns acampamentos nos anos de 2016 e 2017. Compreende-se a

pertinência dessa metodologia por valorizar histórias de vida, vozes, narrativas e experiências das mulheres, e por possibilitar relações de pesquisa como possíveis exercícios de intercâmbio intelectual e desalienação para todas as envolvidas (Rivera Cuzicanqui, 1987).

Neste trabalho, a mineração é compreendida como um processo de territorialização que produz conflitos socioterritoriais. E as mulheres em movimento de luta pela terra e pelo território, em Canaã dos Carajás, buscam interromper a lógica de territorialização da mineração industrial a partir de um dos seus momentos “metabólicos”: a extração. Nesse contexto de conflito, a mineração exacerba a violência na fronteira como um peso diferencial para as mulheres (Rougemont, 2021).

Devido ao referido contexto, escolhemos, em acordo com as entrevistadas, utilizar nomes fictícios para as nomear. Aqui, elas serão todas codinome Maria. Inclusive, Marias são nomes que sobressaem nos Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral (CPT) de 1996 a 2017, na seção de ameaças e tentativas de assassinatos, e de mulheres que foram assassinadas no estado do Pará. Elas serão diferenciadas a partir de um segundo nome fictício, esse escolhido por elas. É simbólica e eticamente necessária uma medida de proteção para as vidas e pelas formas de se expressarem sem grandes riscos.

As entrevistadas podem ser consideradas mulheres lideranças nos/dos acampamentos (Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada e Eduardo Galeano). Uma de nossas entrevistadas ocupava o cargo de presidente do Sindicato dos/as Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Canaã dos Carajás. Estamos compreendendo a noção de mulher liderança sob a perspectiva de Souza (2020, p. 54) de que ela se constrói “[...] pela sua própria vivência, em uma região onde são exigidas outras formas de articulações para lidar com dilemas e conflitos que perpassam suas comunidades”. Elas emergem como lideranças na experiência da luta como acampadas ou na participação sindical, no fazer-existir-comunidades frente aos processos conflituivos com a mineração industrial.

Ao tratar a realidade das mulheres atingidas pela mineração e suas práxis de luta, o presente trabalho busca enfrentar, em termos epistêmicos, a masculinização presente nas abordagens sobre a mineração.

Um dos principais obstáculos, ao se estudar as mulheres que denunciam os impactos da mineração, dentro e fora dos territórios, é que esse setor é normalmente percebido como masculino e, portanto, na percepção e na memória coletiva, a mulher não esteve presente, por vários anos, nessas formas de se organizar, para assim organizar

também suas comunidades. Mas, na verdade, elas foram apagadas ou invisibilizadas nessas questões. As mulheres estiveram presentes como sujeitas importantes na história da exploração mineral (Souza, 2020, p. 57).

O caso das mulheres em Canaã dos Carajás está relacionado aos conflitos em torno de projetos territoriais da mineradora Vale. Elas lutam para r-existir (Porto-Gonçalves, 2006) contra aqueles que não as querem em “seu” território, que tiram a produtividade social da terra e sugam a sua vitalidade mineral. Dessa forma, lutam pela existência e, principalmente, por um modo de viver e compor com a terra/natureza. Os projetos de capital intensivo são geradores de rupturas nas economias e instituições, alterando o ambiente físico, limitando ou eliminando economias já estabelecidas, o que vem promover um grande impacto social. A luta territorial das mulheres questiona, de forma intensiva, a ruptura entre sociedade e natureza. As práticas sociais indicam a existência de uma relação umbilical. Para elas, sem natureza não existe vida. Elas reproduzem uma lógica de valor de uso, ressignificando a relação com a terra, que é condição de reprodução do corpo-território.

Em Canaã dos Carajás, o primeiro empreendimento mineral da Vale foi a mina do Sossego, em 2004, o que promoveu um *boom* de modificações urbanas e rurais. As transformações foram intensificadas com o Projeto S11D, de 2011 (Vale, 2014). Esse empreendimento promoveu uma onda de desterritorializações de diversas comunidades rurais que residiam aos arredores da mina. Desde então, o ordenamento territorial local está sob grande influência dessa empresa de mineração (Maheiro, 2021).

O trabalho está organizado nesta introdução e em outras quatro seções. A primeira apresenta a categoria corpo-território em seus aspectos prático-teóricos, especialmente na sua perspectiva epistêmica do corpo como primeiro território; porém, não desassociado de relacionalidade multiescalar e interseccional. A segunda situa a territorialização da mineração industrial como produtora de vulnerabilidade e de uma política de desrealização camponesa pela imposição da prioridade do lucro das empresas sobre as formas de vidas humanas e não humanas dos territórios. A terceira trata, mais especificamente, do fazer-existir-comunidades pelas mulheres enquanto corpos-territórios/acampamentos no enfrentamento da mineração. Nas considerações finais, destacamos, dentre outros elementos, que a mineração desencadeia processos de maior patriarcalização das relações sociais e dos territórios impactados e, dessa forma, a luta das mulheres é necessariamente interseccional.

A categoria corpo-território em seus aspectos prático-teóricos

O corpo-território é uma categoria política e teórica elaborada pelas mulheres no feminismo comunitário indígena (Cabinal, 2013) e empregada, correntemente, por outros movimentos de mulheres de povos tradicionais e por ecofeministas latino-americanas. A mesma autora destaca que ela começou a ser utilizada como *slogan* político e acabou tornando-se uma categoria dentro do feminismo comunitário (mas não só) e está relacionada com a defesa do corpo-terra. A discussão de Cabinal está situada na resistência do seu povo Mayan-Xinka (Guatemala) contra as empresas multinacionais de mineração e contra a violência sexual.

Assim, o contexto de emergência dessa categoria localiza-se no desmonte das políticas ambientais e indigenistas (Chaves, 2021) com o avanço das políticas neoliberais e dos grandes projetos, especialmente o extrativismo industrial que ameaça, diretamente, os territórios de vida das comunidades. Por isso, segundo Chaves (2021), defender o território se tornou uma motivação para a participação das mulheres nos espaços do movimento indígena, resistindo às “[...] pressões para o avanço do agronegócio, hidrelétricas, mineradoras, projetos logísticos, garimpo ilegal, roubo de madeira” (Chaves, 2021, p. 54).

O conceito sintetizado por Seabra (2021, p. 53) destaca que “[...] o corpo-território permite assumir o corpo como uma escala, primeiro território a plasmar opressões e resistências multiescalares”, constituindo o ponto de partida para a relacionalidade implicada na categoria.

Ele põe ao centro a relação íntima e dialética entre corpos, territórios e comunidades nas vidas de mulheres de Abya Yala, com abordagens de elaboração de conhecimento que se afastam da pretensa neutralidade e da separação entre teoria e prática e embasam propostas cartográficas, como as cartografias e mapeamentos do corpo-território, evidenciando as marcas, dores, alegrias, memórias e insubmissões “encarnadas” (Seabra, 2021, p. 53).

Assim, a afirmação epistêmica do corpo como primeiro território não se desassocia da vida comunitária, nem das relações em outras escalas mais amplas. A categoria serve para mostrar que as violações incidem, simultaneamente, sobre os corpos e os territórios, portanto, serve para “[...] pensar en cómo nuestros cuerpos están unidos a los territorios que habitamos” (Cruz *et al.*, 2017, p. 53).

A categoria se propõe, também, a ser uma lente interseccional de leitura das opressões. É o que faz Cabinal (2013) com sua crítica às combinações do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado que afetam diretamente as comunidades, incluindo a situação de negligência em relação às mulheres nas lutas indígenas em defesa do território-terra.

La defensa del territorio–tierra para que esté libre de minería está muy generalizada pero dentro de éste viven los cuerpos de mujeres que están viviendo opresiones y violencias. De ahí nace el planteamiento de recuperación y defensa del primer territorio que es el territorio-cuerpo. Nos negamos a hablar de armonización con la Madre Tierra si no existe una relación armónica entre las mujeres y los hombres. Planteamos que defender un territorio-tierra ancestral contra las 31 licencias de exploración y explotación de minería que están planteadas sin defender los cuerpos de las mujeres que están viviendo la violencia sexual, es una incoherencia cósmica y política (Cabinal, 2013, s. p.).

No Brasil, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), dentre outros movimentos das mulheres indígenas, tem realizado um trabalho político de retomada do poder das mulheres indígenas associadas às lutas em defesa dos territórios. A categoria corpo-território tem sido acionada especialmente para denunciar violências de gênero sobre as mulheres e os processos de despojos sobre seus territórios de vida.

No movimento quilombola, essa categoria político-epistêmica também tem sido acionada. No Atlas da Amazônia Brasileira, Anacleto Pires *et al* (2025, p. 75) associam a categoria corpo-território ao pulsar com o coração da terra: “Só há saída com a natureza, pela compreensão que tudo o que existe permeia seu corpo/território/espiritualidade num pulsar do coração, porque também somos terra, água e floresta”.

“Nós temos a sensação de viver em um espaço de vulnerabilidade”: a territorialização da mineração como produtora de vulnerabilidade e desrealização

Na verdade, nós temos a sensação de viver em um espaço de vulnerabilidade, de incerteza. Temos inchaço populacional, aluguel caro, superlotação das escolas, porque querendo ou não, não tem sala pra todo mundo. O investimento é pouco pra saúde e educação; trinta, quarenta dias pra conseguir fazer um exame. Aqui não é só o poder público, é o conjunto de coisas que a cidade passou! (Maria Helena).

Maria Helena fala sobre sua sensação de viver em um espaço em que tornam as mulheres vulneráveis. O processo de territorialização da mineração intensifica os problemas

sociais como o inchaço populacional, a especulação imobiliária, o sucateamento da educação e o descaso com a saúde pública. A territorialização da mineração exacerba a condição da fronteira:

Em síntese, a fronteira reúne um processo de acumulação capitalista/de expropriação com uma condição de existência que é supérflua, assim classificada em decorrência da produção de mentalidades radicalmente distintas, que valorizam algumas vidas em detrimento de outras, vidas estas que estão nas margens e sobre as quais repousa uma indiferença ontológica (Rougemont, 2021, p. 41).

Esse processo ainda pode ser compreendido pelo que Butler (2019, p. 54) chama de desrealização, quando o reconhecimento e a consideração são negados a certos grupos e pessoas, quando sua visualização produz desumanização:

No nível dos discursos, certas vidas não são consideradas vidas, não podem ser humanizadas, não se encaixam em nenhum enquadramento dominante do humano, e que sua desumanização ocorre primeiramente nesse nível, e que esse nível, então dá origem a uma violência física que, em certo sentido, transmite a mensagem de desumanização que já está em ação na cultura. Outra coisa é dizer que o próprio discurso afeta a violência por omissão.

A “ótica espectral” invisibilizadora tem sido recorrente em projeções discursivas sobre os povos amazônidas. A condição espectral da desrealização se dá quando há uma diferenciação entre vidas que importam, outrossim, vidas que não importam. Nesse sentido, o “não importar” está associado à desconsideração de sujeitos enquanto de direitos.

No relato de Maria Helena, vislumbramos a percepção crítica de como a mineração impacta na infraestrutura das políticas públicas associadas a direitos básicos de manutenção da vida, exacerbando a produção desigual de vulnerabilidade e a privação social e econômica para parcelas da população (Butler, 2018). Na sua perspectiva, não se trata apenas dos fracassos das instituições públicas, mas também da dinâmica que o modelo da mineração impôs à cidade, que produz e distribui desigualmente e precarização das condições de vida.

A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. Como mencionei antes, a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. (Butler, 2018, p. 40).

Em outro trecho, Maria Helena afirma: “Aqui, hoje, a gente tem resistido e dito que a gente quer terra, que a gente não quer sair, que a gente quer se dedicar nisso, mas a gente sabe que tem essa questão de a mineração ser prioridade para o Estado, e a gente não é”. Essa leitura evidencia, de um lado, que a vulnerabilidade se refere tanto aos sofrimentos impingidos aos desapossados como às resistências político-sociais que eles engendram desde essa condição (Butler, 2011). De outro, que a dinâmica do capital não teria tanta eficácia se não houvesse a força do Estado como indutor e protetor da acumulação (Cruz; Congilio, 2017).

A regulação do território é compartilhada entre a empresa mineradora e o Estado, em um conluio político de expropriação e contenção territorial das comunidades locais. Acampados próximos à mina do Sossego, estão proibidos de acessar o rio Parauapebas, cuja água está contaminada. A poeira que se assemelha à palha de aço quando toca a pele, as explosões na mina e as barragens impõem medo e condicionam os deslocamentos cotidianos.

A gente pagava pra vim deixarem água pra gente. Nós colocava nos tamborzão, pra tomar banho, lavar louça [...] as vezes, a gente ia pegar lá no rio, mas, a gente tinha medo de ser contaminada, paramos de pescar, porque nos proibiam e por medo da água. Muita gente adoecia. Agora não, nos reunimos e cavamos um poço bem ali, aí ficou muito legal para todos. E assim, isso facilita até a nossa produção. No verão, isso aqui ajunta tanta poeira no mundo, e a poeira daqui é do jeito de pêlo de bombрил, do mesmo jeitinho. Já estão trabalhando essa paredona que a gente enxerga daqui, acho que não dá uns 500 metros, é perto demais. (Maria Joana).

O projeto Sossego, hoje, representa a perda de sossego de quem mora em suas proximidades. Em outras comunidades, encontra-se a mesma combinação de exposição compulsória aos riscos e contenção territorial.

Isso é uma coisa muito forte: a fala de um vereador, que ele assim, que desde o começo, ele já era lá da Vila Mozartinópolis, que é o Racha Placa. Lembro de ele dizer que Dia de Finados eles precisavam pedir autorização para a empresa para poder visitar seus mortos, porque lá tinha um cemitério. Então tem muita gente, os mais antigos eram enterrados lá. Ele falava que para irem visitar os parentes em Dia de Finados, tinha que pedir autorização, inclusive nesse dia, que é quando as famílias vão visitar os túmulos, e esse negócio todo. Os moradores achavam um absurdo, porque esse espaço era trancado com um cadeado, a cerca, a cancela lá para eles[não] entrarem. Então, isso é algo bem forte também. Então, são coisas que eles acabam fechando tudo. Eles não deixam ninguém ver o que eles estão fazendo, na verdade (Maria Antônia).

Nos territórios de contenção (Malheiro, 2019), até as lágrimas do luto são reguladas. As violências são marcas muito presentes. No acampamento Grotão do Mutum, enquanto uma das autoras ouvia a narrativa de Maria Joana, helicópteros sobrevoavam a área. Ela denunciou essa prática, bem como a presença dos “seguranças” privados rondando os acampamentos, dentre outras estratégias de espionagem.

Hoje já diminuiu, mas no início era bem mais. Apesar que hoje em dia, é muito por drone também. Então, nem sempre a gente consegue ver o drone, como a gente via o helicóptero passando ali baixinho, né?! Então, hoje é muito por drone, os carros de segurança continuam às vezes passando. Houve um caso de um senhor, um caso que acabou ganhando bastante repercussão, porque ele foi muito agredido juntamente com o filho dele. Muito agredido mesmo! Ele ficou muito machucado. Ele tava fechando a cerca para o gado dele não passar para a linha do trem, porque é bem na frente da terra dele, e aí os guardas chegaram e ali já pediram para eles não olharem. Tinha uns meninos do acampamento do Sossego também, ele [o senhor] chamou para pagar a diária para ajudar, porque as vezes no começo ainda não tá conseguindo se manter só lá na propriedade. E aí, os seguranças já chegaram agredindo os meninos, empurrando, jogando spray de pimenta. Deram muitas cacetadas na cabeça do filho do senhor, e do próprio senhor [...]. Outras vezes, a pessoa ia pegar Castanha, e os seguranças alegavam que era área da Vale e eram agredidos, tinham seus produtos tomados. Ou, iam pescar e tinham seus peixes e as varas de pesca tomadas. Então assim, eles dizem que não, mas eles são muito opressores (Maria Antônia).

Além da expulsão da terra, os vínculos com o território são forçadamente desfeitos a partir da dinâmica de contenção territorial. É nesse contexto que a territorialização da mineração produz conflitos socioterritoriais. Eles são conflagrados em uma dialética entre a necessidade de reprodução das famílias acampadas e a produção da mineração de grande porte visando o lucro empresarial.

A luta coletiva pela terra, refletida nos acampamentos, emerge como enfrentamento da política de desrealização camponesa em decorrência da imposição da prioridade do lucro das empresas sobre as formas de vidas humanas e não humanas dos territórios. A intrusão da mineradora gera conflitos que alcançam as territorialidades dos acampamentos. De um lado, tem o assédio para deslocar os acampados para terras em outros municípios distantes das áreas imediatas da mineração; de outro, sua atividade incentiva a entrada do garimpo ilegal nos territórios.

O garimpo clandestino é uma rede. Não é só “fulano” [...] nós enquanto movimento, não concordamos. Porque assim, em Canaã, a Vale diz que tem 65% do município. Ela diz isso, eu digo entre aspas. Mas, tem os garimpos clandestinos em algumas áreas e isso é normal, porque a empresa não combate. Só que pra nossa área não é

normal! Se fosse nós, os acampados de verdade, que estão produzindo alimentos, isso já tinha acabado e sido proibido e combatido (Maria Teresa).

O garimpo ilegal tem-se tornado presente em algumas áreas no município de Canaã dos Carajás. Não passa despercebido na narrativa de Maria Tereza que, se o garimpo ilegal partisse dos acampados, ele já teria sido combatido pela empresa e pelo Estado, ao passo que os acampados sequer têm o reconhecimento de sua prática territorial na produção de alimentos. Nesse sentido, Maria Helena expôs um argumento direcionado a produzir uma eficácia política na composição de alianças: “Todos precisam do que sai dos nossos territórios, a cidade também! Não é só quem mora na roça que depende da terra. Querendo ou não, o alimento que vem da mesa acaba saindo do território. Há uma dependência da natureza pra sobreviver”. Por isso, as mulheres frente à desrealização camponesa imposta pela mineração, escolhem fazer-existir-comunidades.

“Não existe uma pessoa ou um corpo sem a terra”: fazer-existir-comunidades como corpos-territórios

O acampamento é uma categoria prática e teórica que se movimenta na contingência histórica da luta pela terra e das organicidades dos sujeitos coletivos. Uma característica dos acampamentos refere-se à condição não institucionalizada da permanência na terra, ou seja, antes da criação formal do assentamento de reforma agrária como política pública, que deve possibilitar o acesso a políticas estruturantes da permanência (Silva; Possas, 2016; Silva, 2025). No momento de realização da presente pesquisa, nos três acampamentos em tela, as famílias encontravam-se distribuídas nos lotes familiares cortados e divididos pelos próprios acampados, sendo dois deles ligados ao movimento sindical e um ao Movimento dos Sem Terra (MST/Eduardo Galeano).

O trabalho das mulheres tem sido fundamental na constituição de “pequenos mundos-comunidades” relacionais que sustentam a luta pela terra, a defesa dos territórios conquistados e a incidência crítica da ecologia política em que se encontram envolvidos os camponeses (SILVA; RAMOS; SILVA, 2025). São modos de pensar e fazer que ativam uma vida mais orgânica e voltada para a reprodução da vida: “Para mim, podia ser pequeno, mas um pedaço de terra é melhor de quê dinheiro” (Maria Joana). Assim, os acampamentos são criações materiais e políticas que, mesmo na sua condição de transitoriedade e contexto

conflitivo, tornam possíveis e intensificam aprendizados e imaginações de composição com a terra.

Não existe uma pessoa ou um corpo sem a terra. Assim, tipo, nós produzimos e vendemos para o pessoal da cidade. É certo que lá eles não trabalham na terra, mas lá, eles trabalham de outras formas, comércio e tudo. O nosso lema aqui é produzir, e a gente produz pra gente e pra vender na cidade o que sobra, pra gente poder ter uma renda (Maria Eduarda).

Não tem diferença de domingo para segunda, nem de nada. O nosso trabalho é todos os dias! Fizemos uma lavoura tão boa, aí no momento, com uns nove meses que a gente tava lá, a polícia chegou e tirou tudo, aí pronto! Ficamos sem nadinha e só com Jesus na causa. Mas, tá bom (silêncio). Aí, viemos pra cá, nesse lado aqui e ficamos lutando com a vida véia! Aí, eu fico imaginando assim: por quê? (Maria Joana).

Se a pesquisa de campo evidenciou que não há um movimento de mulheres específico em Canã dos Carajás, há uma territorialização de mulheres que atuam na micropolítica dos acampamentos e, também, em outras escalas. Hipoteticamente, podemos pensar esse processo em termos de uma proposição cosmopolítica quando elas estão concretamente colocando em relação diferentes agências, por exemplo, entre os que produzem na terra e os que consomem os produtos da terra e do seu trabalho. Também vislumbram a contraditoriedade das situações nas quais estão envolvidas, representada, especialmente, pela expulsão (despejo) da terra e seus agentes. Na perspectiva de Maria Joana, não parece lógico nem justo que suas lavouras tenham sido destruídas pela ação de despejo.

No conflito do Grotão do Mutum, os/as acampados/as alegavam que as terras onde residiam eram públicas e que a Vale “fez surgir” um documento de propriedade da terra, usado para a expropriação do acampamento. Malheiro (2019) enfatiza que essa foi uma atuação conjunta entre empresa, justiça e polícia. Se a desterritorialização simula a perda de poder em termos de controle no território (Haesbaert, 2009), ela desencadeia um “novo” processo de reterritorialização, quando os sujeitos reorganizam suas relações sociais em outro espaço. Ainda que em condições de maior precarização, essa dinâmica representa a multiplicidade territorial e seu processo de devir. Assim, o despejo que destrói o espaço biofísico do acampamento e expulsa as pessoas pode não conseguir eliminar definitivamente o corpo-território/acampamento. Na expulsão violenta das famílias do Grotão do Mutum, toda sua produção agrícola foi perdida. Mas, nem todas as famílias se dispersaram e o acampamento seguia r-existindo em uma pequena área a cerca de 2 km do local anteriormente ocupado.

Ver as máquinas arrancando os barraquinhos deles, arrastando aquela produção [...] vendo aquelas crianças desesperada procurando para os pais onde eles iam ficar [...] tanto é, que tem crianças lá, que até hoje sofre de problemas psicológicos e precisa de tratamento até hoje, por causa disso. Então, assim, foi muito triste [...]. Eles trabalham, mesmo com vontade, de com tudo! Então eles tinham de tudo: arroz, milho, feijão, as galinhas, porcos [...] tudo, tudo, tudo, tudo, tudo! Então, teve gente lá naquele momento, que eles ficaram atordoados. Eles não sabiam para onde iam. Não tinha para onde ir, não tinha para onde colocar sua criação, porque a produção eles não tinham como levar, né?! E aí o trator acabava passando por cima. Aí, depois que eles saíram de lá, ainda arrumaram um espaçozinho da prefeitura, que é aquele espaço daquela vez que vocês foram lá. É um espaço cedido pela prefeitura, né? Então, eles ainda estão ali [...] vivem, se não me engano, 8 famílias, porque o resto, todo mundo procurou um rumo. E aí, eles estão lá até hoje, esperando uma resposta. E os outros acampamentos, não. Graças a Deus, eles estão ainda até hoje trabalhando, todo mundo tá no seu lote, todo mundo tá produzindo (Maria Antônia).

Tem até um menininho que ele criou trauma e até hoje ele tem problema. Ele tá morando na rua, sendo acompanhado pelo CRAS, desde esse tempo. E eu, especificamente, passei três dias isolada. Eu pensei que eu iria ficar era doida, porque aquilo não saía da mente não! O povo quebrando tudo [...] eu andava aonde um e outro. Eu passava na frente dos policiais, pelo pessoal que tava quebrando tudo pedindo “gente, pelo amor de Deus, deixa a gente pelo menos tirar”. Aqui, todo mundo entrou em desespero de choro [...]. Nessas fotos, tinha onde esse mesmo menino que falei assistindo quebrar tudo. Nas imagens, dava pra ver os meninos pra cima e pra baixo... correndo em volta pra não derrubarem o barraco. Aquilo não saiu da minha mente de jeito nenhum. Entendeu? É triste você olhar sua dispensa cheia de milho, feijão e o povo passando por cima sem dó e nem piedade. É uma dor muito grande, que não é só minha e eu me sinto culpada por não ter conseguido evitar (Maria Diva).

Os relatos de Maria Diva e Maria Antônia evidenciam uma memória coletiva traumática sobre o acontecimento do despejo do Grotão do Mutum. As recordações do evento narram a violência e suas consequências não somente materiais, mas também emocionais e psicológicas, principalmente para as crianças. Nesse caso, entendemos que o ato narrativo, nas entrevistas sobre o evento, aparece atravessado pelo sentido de dar testemunho, de não apagar a memória do sofrimento e, portanto, de responsabilidade pela violência sofrida (Seligmann-Silva, 2003). É certo que as pessoas e os grupos procuram lidar com memórias traumáticas de diferentes formas. Às vezes, o esquecimento, o recalque da experiência é o caminho pessoalmente escolhido ou socialmente imposto pelo silenciamento e pela ausência de quem possa escutar. Gagnebin (2004, p. 91), ao tratar da ampliação do conceito de testemunha, com base em Walter Benjamin, inclui:

[...] não somente a testemunha direta, mas ‘também aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras *revezem* a história do outro: não por culpabilidade ou compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

Entendemos que o presente trabalho acadêmico encontra seu sentido ao tentar “revezar” a história das mulheres acampadas, suas ações de cocriação de territórios de vida (também como experiência e apreciação estética), mas também suas memórias da destruição, da violência empresarial e institucional produzindo um mundo de ruínas.

Minha filha, o dia que esse povo tirou a gente, eu não esqueço nunca. Os policiais falavam pra eu não chorar. Mas, como não chorar? Eu perdi meus tomates, meus alfaces, tudo verdinho, vivo [...] jiló. Era a coisa mais linda minhas coisinhas. Meu canteiro que você elogiou é feio perto do que era [...]. Se você visse, era a coisa mais linda do mundo! (Maria Joana).

Mas lhe digo, eu afirmo que não é fácil ver os sonhos da gente destruídos como foi lá. Tá certo que a terra não era nossa, mas ela tava lá sem uso. A gente trouxe vida pra aquilo lá, e quando viemos, não pudemos carregar quase nada. O maquinário destruiu nossa produção [...] olhe, lá era muito bom! A terra era boa, o problema com a água era menor e nossa comunidade vivia em harmonia. Todos já tinham sua plantação, já conseguia se alimentar sem muito aperto [...] já estávamos nos organizado pra tentar fazer uma associação com as companheiras que fazem artesanato. A gente ia ver se ficava mais fácil, porque a gente gosta de fazer isso. Uns paninhos, bordar, fazer essas coisinhas (Maria Diva).



Figura 1 - Destruição da plantação no Acampamento Grotão do Mutum. Fonte: Arquivo pessoal de Maria Joana, 2016.

Nos movimentos de luta pela terra, a memória tem sido construída e assumida em uma pedagogia da resistência. Assim, politicamente, contra o esquecimento e o apagamento

que a injustiça e a impunidade tentam perpetrar. Não esquecer de lembrar tem se constituído uma forma de dar testemunho do terror e da morte, de lidar-curar coletivamente os traumas e de fazer reparação histórica pelos inúmeros atos contínuos de lembrar, narrar e performar a memória em um país que não lhes faz justiça.

A discussão que estamos realizando, em diálogo com essas mulheres acampadas em Canaã dos Carajás, evidencia que a categoria de corpo-território pode ser tomada como lente de análise de suas experiências no contexto de r-existência frente à mineração. No relato de Maria Joana, o corpo em luta, que já habitou muitos barracos, é o corpo-território despossuído e, desde essa condição, insurge continuamente para colocar em prática um projeto de vida, familiar e coletivo, com a terra: “Só dentro dessa luta, eu já vivi em oito barracos, ajudando meu marido a arrastar palha, madeira [...]. A luta é grande, mas, um dia, o Senhor há de dar uma terrinha para esses acampados que quer trabalhar pra ver o futuro deles”. A busca em não viver desgarrado da terra pode ser compreendida como um projeto de autodeterminação dos corpos-territórios, historicamente violados por “[...] um processo político e marcado pela relação assimétrica de poder que caracteriza a expansão/conquista do capitalismo” (Krenak, 2018, p. 1).

Nesse processo, o corpo feminino, exposto e vulnerável, assemelha-se ao espaço em que habita. Já foram oito barracos na vida de Maria Joana. O barraco-território, como um espaço-tempo transitório da/na luta, no contexto da disputa com a mineração, pode ser o signo da impossibilidade de enraizamento. Mas, ao plantar e criar pequenos animais, compondo com a terra um mundo de vida — mesmo sem a segurança da colheita devido à vulnerabilidade de suas práticas espaciais frente àquelas da grande empresa mineradora — as mulheres mostram sua tenacidade por se enraizarem e constituírem comunidades. Não por acaso, suas falas estão sempre dizendo do coletivo: “[...] esses acampados que quer trabalhar”. Estão defendendo uma visão de terra enquanto um direito daqueles que querem atribuir, com o trabalho, a função social da terra. Insistir na/pela terra se refere, ainda, a compor com ela mundos de r-existência. E plantar é parte estratégica desse projeto imediato de permanência no acampamento, e também de relação com a terra que não é somente superfície sólida onde pisamos, mas a possibilidade de um modo de vida com outros compartilhantes humanos e não humanos (Santos, 2023). E as mulheres têm sido fundamentais na cocriação de pequenos mundos-comunidades nos territórios desigualmente disputados pela mineração e por outros empreendimentos capitalistas.

Maria Diva relata: “O que eu tenho pra contar, não é uma história bonita, é sofrida demais. Não é fácil lutar por uma terra. A gente precisa ser, ou, ao menos se fazer de forte. Todo dia um obstáculo diferente”. Se ela entende que não pode contar uma “história bonita” de sua vida, mas sim uma “história de luta”, ela agencia, discursivamente, seu corpo-mulher, inscrevendo-o duplamente na história das cargas múltiplas de opressão (o sofrimento com os obstáculos diferentes) e na história das resistências e da luta pela terra como possibilidade de um território de vida.

Dentre as dificuldades que as mulheres acampadas enfrentam, inclui-se o cerceamento da própria liberdade, da autodeterminação sobre seus corpos, pois o território hegemônico pela mineração tem marcas patriarcais de contenção. Seus corpos circulam ameaçados pelas desigualdades de classe e gênero. Maria Teresa fala do constante medo que a acompanha, pois se sente constantemente ameaçada, temendo por sua vida e pela de sua família e das companheiras que são “ousadas” como ela. Além disso, ser forte implica enfrentar as doenças físicas e psicológicas que a mineração provoca nos seus corpos-territórios. Maria Diva e Maria Joana relatam algumas doenças ocasionadas pela água poluída, que tem gerado graves problemas no útero das mulheres que moram próximo aos projetos de mineração. O adoecimento sentido em seus corpos está associado à degradação ambiental, ao adoecimento da terra. Maria Teresa, ao ser questionada sobre a relação entre o espaço de vida e o corpo, apontou que a intrusão das atividades capitalistas impacta simultaneamente a terra e seus corpos:

A questão do território e do corpo feminino, a gente sofre como a terra! Tá entendendo? É como tu estar em um relacionamento. Eu comparo assim, tá num relacionamento conturbado, abusivo. A gente tá na nossa área e chega alguém querendo se apropriar daquilo que não é dele! É isso que eu vejo. Os impactos da Vale e do garimpo implica diretamente na vida (Maria Teresa).

Assim, a abordagem que permite assumir o corpo como primeiro território a plasmar opressões e resistências, na sua relacionalidade com outras escalas — incluindo os despojos impostos aos seus territórios de vida — nos diz da importância de não separar o corpo ecológico do corpo social. Segundo Ferdinand (2022, p. 228), “[...] é a partir de um mesmo corpo que se experienciam a degradação dos ecossistemas do planeta e as desigualdades sociais globais e discriminações políticas”. No caso das mulheres acampadas, os danos provocados nos territórios biofísicos, como meio material fundamental de suas existências, impactam as condições de saúde de seus corpos biológicos. E, sem dúvida, a condição de

classe, de gênero e, talvez, racial de seus corpos sociais são elementos fundamentais para entender os danos desproporcionais provocados pela mineração em suas vidas.

Voltamos ao relato de Maria Joana que ecoa a memória da terra onde vivia, que tinha uma horta mais ampla, produzia em maior quantidade, tinha criação no quintal, como ela mesmo diz: “[...] era mais bonito de se ver”. Sua narrativa conta da expropriação e dos sentidos reconstruídos em meio à escassez material que os despejos da terra provocam, incluindo o que significa sua casa: “Nós somos a casa”.

Fizemos esse barraquinho aqui, pra mim, é o mesmo que ser uma mansão. Eu acho lindo. Meus caco véi, cuia véia, bujão véi... pra mim, é o mesmo que estar na cidade e ter tudo. Meu prazer é tá aqui dentro! Eu nasci foi pra roça mesmo por onde a gente já passou por isso oito vezes, eu fiz foi uma casa. E essa que eu tenho pra apresentar pra Deus. Eu, meu véi, meus filhos. Nós somos a casa (Maria Joana).



Figura 2 – Casa no Acampamento Grotão do Mutum, 2022. Fonte: Laís Alves dos Santos, 2022.

A casa é deslocada de um espaço físico construído para a presença dos próprios corpos despossuídos. O corpo-território segue subversivo em se autodeterminar e se relacionar. A casa é estar juntos; ela é movimento, devir da existência acampada. Ademais, Maria Joana combate o preconceito social que tende a deslegitimar a luta dos/as acampados/as pela terra.

Minha filha, eu sempre digo assim, o povo pensa que o fato de nós não ter um local é porque nós não trabalha. Trabalha minha filha, toda vida nós trabalhamos! A questão é que nosso trabalho só dá pra nós fazer a despesa de casa, comprar um calçado, um remédio. Como é que nos pode viver? Nosso trabalho não dá pra nos fazer trinta, quarenta e cinco mil pra dar em um lotezinho. O que nós vamos arrumando é para o básico da sobrevivência. Se a gente tivesse lá, no lugar que

tiraram a gente... ah, minha filha, seria bem diferente. Nois não era rico, mas quando chegasse um amigo, nois tinha uma galinha, um porco... só de lá, eu já tinha cinquenta cabeça de galinha. Se nós tivesse lá, a mesa tava cheia pra nós, nossos amigos e pra dar pra quem não tem. Eu não quero nada só pra mim, quero dividir pra todos aqueles que não tem. Sempre a minha mãe dizia “a gente enche o bucho daquele que tá com fome, a gente não sabe o dia de amanhã”. Mas, tendo o que comer, e a esperança em Deus que isso vai passar, já tá bom (Maria Joana).

Certamente que um modo comunitário de viver está mais presente no horizonte das mulheres que, histórica e desigualmente, foram responsabilizadas pelos cuidados de reprodução social das famílias. A reciprocidade cotidiana envolvendo alimentos e outras formas de ajuda-mútua relacionadas à manutenção da vida e ao bem-estar comunitário é, especialmente, praticada pelas mulheres, fortalecendo relações de amizade, pertencimento e solidariedade.

A crítica de Maria Joana ao preconceito difuso, na sociedade envolvente, sobre os acampados, aponta para uma questão central: a ideologia de que os pobres são pobres porque não trabalham, quando, na verdade, trata-se de discriminação de classe acionada para encobrir as injustiças sociais. Ou seja, ela enfrenta não só a realidade da escassez material nas condições de existência, mas também a destituição da sua agência frente a essa situação.

Os corpos assim, são constituídos dentro de uma constelação de relações de objetos (como a família, o estado, a arte, a nação e assim por diante). Os corpos não são espaços passivos sobre os quais o poder de outros espaços se realiza. Pelo contrário, os corpos também produzem espaço, seus próprios mapas de desejo, gosto, prazer, dor, amor e ódio. Os corpos em permanente processo de negociação com outros espaços ajustam suas posições no mundo, sendo, também eles lugares de aglutinação de negociações externas e internas do poder (Silva; Ornat, 2016, p. 64).

Os corpos-territórios forjados na práxis territorial dos acampamentos da luta pela terra são, comumente, corpos constituídos politicamente nesse devir da organicidade coletiva e dos enfrentamentos que tornam possíveis as leituras críticas, dentre outros aspectos, da questão agrária. Inclusive porque os acampamentos podem reunir pessoas que estão em busca de melhores condições de vida, incluindo trabalhadoras/es das cidades que vivem a instabilidade da luta pela sobrevivência geralmente residindo nas periferias urbanas. Essa era a situação de Maria das Dores em depoimento no documentário *Terra e Vida* (Costa, 2018):

No meu modo de ver, eu sou mãe de 7 filhos, tem outras colegas, como a minha vizinha Luciana, que tem treze filhos, tem umas que tem mais. Estamos aqui, porque

na rua não dá pra gente sobreviver passando fome e miséria. Aqui, eu me sinto bem como se fosse minha casa e estamos brigando para que essa seja a permanente. Aqui nós planta de tudo, os meus filhos brincam e é um ambiente saudável para todos.

Na experiência dos acampamentos, não é raro que essas mulheres se constituam lideranças, corpos políticos dos movimentos.

A experiência entra sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheiras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novas formas de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (Thompson, 1981, p. 17).

A trajetória de Maria Teresa na luta pela terra começa com a decisão de conquistar “suas coisas”, dando a entender que o “emprego” que tinha não possibilitava sua autonomia e realização material e de sua família. Ela deixou o trabalho no aeroporto de Carajás onde, inclusive, era obrigada a alisar os cabelos para atender aos critérios estético-racistas da empresa, para se dirigir a um acampamento com seu companheiro e seus filhos.

Aí nessa saída desse serviço, veio essa oportunidade pra essa ocupação em Canaã dos Carajás, que é o Acampamento Eduardo Galeano. Chamamos nossos 4 filhos e conversamos. Eles... o mais velho falou assim: “pai e mãe, se for para o bem da família, a gente concorda, estamos de acordo”. A gente ... organizamos tudo e o meu companheiro foi. Eles foram passar 15 dias. Foi dia 15 de julho de 2015 a ocupação, ou melhor, foi dia 29 de julho de 2015 a ocupação lá do Eduardo Galeano. Sendo que as outras já estavam ocupadas, que era o Alto da Serra, o Grotão do Mutum, o Serra Dourada. Tudo já tava ocupado! Ele passou 15 dias que não podia sair. Não podia sair durante 15 dias. Aí, nesses 15 dias eu fui lá. Vi ele lá e fiquei alegre, ao mesmo tempo triste. Tinha várias crianças. Tinha uma recém-nascida. Lá fazia tanto frio, mais tanto frio a noite, que os senhores de idade não conseguiam dormir. Eles acendiam uma fogueira e ficavam se esquentando ali. Lá fazia bastante frio, aí, eu fiquei olhando o estado de vulnerabilidade. Eu fiquei pensando: “meu Deus, como eles conseguem viver aqui?” Aí eu falei para o meu companheiro na época, falei assim: “óh, quando tiver tudo organizado, eu venho!” Aí, eu fui pra passar só o final de semana, né?! Eu vim na sexta, fiquei a sexta à noite, o sábado, o domingo, segunda, terça. Quarta feira que eu fui! E olha que era pra passar só o final de semana (risos). Eu voltei para Parauapebas e quando cheguei em casa, eu falei com os meninos: “olha, eu vou ter que ir, quem vai com a gente? Quem não vai?”. Teve resistência de uma filha só. Os outros dois disseram: “não, a gente vai. A gente vai tá lá junto”. E nisso, a gente foi organizando as coisas tudinho. [...] Cheguei lá, era à luz de lamparinas ainda. Não tinha energia ainda, a água era o riozinho que corre lá. Cheguei lá, eles estavam fazendo barracos. Meio mundo de homens. Eles estavam fazendo tipo a Vila. Que o nosso acampamento não existe vila, é lote mesmo (Maria Teresa).

Os motivos que levam as mulheres a ingressarem nas organizações e nos movimentos sociais têm suas singularidades; mas, elas têm em comum o fato de que a sobrevivência nos espaços de acampamento e a inserção nas frentes de luta lhes são mais difíceis. Entrar na luta significa ampliar a exposição do corpo vulnerável; mas, nessa condição, é uma exposição compartilhada daquilo que Butler (2018) chama de condição precária, buscando e resistindo juntos pelas condições de uma vida possível de ser vivida.

Estar junto, compartilhar os sonhos e apoiar as prioridades da família e dos acampados, assumindo tarefas e obrigações, constitui um aprendizado que dá conteúdo ao corpo-território. Maria Teresa assumiu responsabilidades com as/os acampadas/os quando o marido precisou se deslocar, temporariamente, para cursar licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). A experiência do acampamento a envolve desde a visita inicial e se materializa na exigência do agir comum em que todos/as precisam responder ao princípio da “coobrigação” (Dardot; Laval, 2017) de fazer-existir aquele espaço.

la ser logo a primeira etapa dele [no curso de Educação do Campo], só que a nossa família já tava toda em Canaã, já! Aí, ele lá [no Acampamento] ficou sendo coordenador da educação. Quando veio a etapa, que ele organizou tudo, ele simplesmente chegou pra mim e jogou nas minhas pernas um caderno (risos). Ele falou assim: “a partir de hoje, você vai assumir o meu papel”. Aí eu olhei pra ele e falei assim: “como assim assumir o teu papel?”. Ele falou assim: “abre”, quando eu abri, 45 crianças. Eu falei assim: “meu Deus eu vou fazer o quê com esse tanto de criança?!” Aí ele falou assim: “tá chegando agosto, você tem que matricular todas essas crianças. Todas elas, tá entendendo?”. Aí eu respondi: “sim tô entendendo”. Aí eu me perguntava como eu ia fazer aquilo se eu não conhecia ninguém em Canaã. Mas, assim mesmo eu aceitei. [...] Quando entrou o mês de agosto, eu tive que correr pelo coletivo que tava lá, as 45 crianças, ou era só pelos meus 4. Aí, minha amiga, eu fui descobrir onde era essa secretaria de educação. E a gente conseguiu! Passei dois dias de fome. [...] Aí, a gente conseguiu matricular todas as crianças. Eu fiquei responsável por todas as 45 crianças, 41 (risos), porque 4 eram os meus. Qualquer problema que dava na escola, a gente tava lá pra resolver. E foi assim que eu entrei na militância do movimento. Agora, tô com o quarto mandato [como liderança do acampamento] já lá, né?! E tamo tocando o barco (Maria Teresa).

Esse relato diz das situações e condições concretas de engendramento da resistência e da constituição das mulheres-comunidades. Nesse processo, elas não estão livres do enfrentamento do machismo nas relações micropolíticas: “A maioria é da parte dos homens. O Machismo mesmo! [...], mas, eu também tenho que destacar que tem algumas mulheres que também são machistas” (Maria Teresa). Percebe-se que o compartilhamento de condições de vulnerabilidade e o agir comum — que caracterizam os acampamentos — não

eliminam a incidência de clivagens discriminatórias nas relações, como o gênero, indicando que alguns corpos podem encontrar-se em situação de maior vulnerabilidade do que os demais. Outro exemplo está no relato de Maria Teresa sobre como crianças e velhos estariam mais expostos às condições adversas.

No tocante à constituição das mulheres como corpos políticos, diferente dos homens que não precisam de permissão para performar o lugar de fala, inclusive nos movimentos sociais, as mulheres lutam para que suas pronúncias sejam audíveis: “Esses discursos, parecendo subterrâneos e inaudíveis, parecem desautorizar as forças majoritárias e redutoras desenhando o papel feminino na luta pela terra” (Silva; Possas, 2016, p. 326). Maria Antônia, então presidente do STTR de Canaã dos Carajás, relata: “Toda reunião era uma briga pra ter voz no sindicato”. Ela era uma das lideranças que acompanhou a emergência dos acampamentos no município. Sua família migrou para Canaã dos Carajás em 1993 e, desde 2012, ela atua no STTR. O sindicato teve um papel importante na politização do território e na construção de sujeitos políticos frente à mineração (Malheiro, 2019). Esse elemento está na análise de Maria Antônia: “Aí, foi quando começou a história dos acampamentos no município, porque nesse período que aconteceu, não existia mais agricultura familiar. Se tornou município minerário”. Para ela, a formação dos acampamentos está associada à reapropriação da terra para produzir alimentos.

Então, eles [a empresa] davam um tempo para pessoa poder sair da terra. Então, a pessoa não tinha mais como tá plantando, tá produzindo, ficar lá fazendo essas coisas. Então foi um período de escassez até 2016, mais ou menos. Que quando começou os primeiros acampamentos aqui, que o pessoal entrou nas áreas que a Vale tinha comprado dessas pessoas, foi em 2015. O primeiro acampamento, foi o acampamento lá do Grotão do Mutum, que aconteceu no dia 13 de junho de 2015. Aí veio o do Serra Dourada, que aconteceu dia 14 de junho de 2015. Aí depois teve o Alto da Serra e, se eu não me engano, foi no dia 2 de novembro. Depois teve o Rio Sossego, que é lá perto do Cedere III, que já é bem próximo ao Projeto S11D [...]. Aí, nesse período o pessoal começou a plantar, né?! Ter bastante produção. Infelizmente, como no Grotão do Mutum, depois de 9 meses, houve a desocupação. Era um dos acampamentos que mais tinha a produção (Maria Antônia).

O sindicato acompanha situações de conflito com a Vale, com a prefeitura municipal e com fazendeiros da região. Em torno da luta pela terra, há relações de solidariedade e coalizações entre movimentos no município. Nesse processo, efetivamente as mulheres estão mais expostas às discriminações, inclusive no interior dos movimentos, como o sindicato. Maria Antônia destaca que, quando começou a questão dos acampamentos, em muitas

ocasiões, inclusive em reuniões no Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), “Só tinha eu de mulher”. Ela ressalta que sentiu mais as relações discriminatórias de gênero quando assumiu a presidência do sindicato.

Ah, ouvi que mulher não sabe fazer, mulher não sabe isso, mulher não sabe aquilo [...]. Já escutei demais! Teve momentos assim que me deu vontade de desistir. Mas eu falei pra mim mesmo “eu não vou desistir! Eu vou terminar meu mandato, vou encerrar meu mandato até o final, até o último dia”. Aí depois, também eu não quero essa liderança mais não, porque eu acho um desaforo muito grande das pessoas achar que você só pode ser subordinada. E às vezes, você não é nem subordinada (Maria Antônia).

Condicionar o corpo feminino ao estereótipo da subordinação é uma violência de gênero. Segundo Silva (2006), isso é refletido, tradicionalmente, na ocupação dos cargos de direção no movimento sindical rural, onde às mulheres são reservados os espaços e as tarefas “essencialmente” femininos, refletindo gradações de valor e prestígio dos cargos e as relações de poder de gênero. “Assim, além da questão do prestígio do cargo, está presente uma prática de delegação da participação, em que às mulheres é atribuída ‘autonomia em certos campos ou jurisdições’ e, simultaneamente, interdita ou limitada noutros” (Silva, 2006, p. 6).

Como vimos, a luta das mulheres é também contra a patriarcalização da luta pela terra nas suas diversas escalas. A começar pelo acampamento onde elas estão contribuindo concretamente na construção do seu sentido, especialmente pelas inúmeras atividades que organizam a vida nesses territórios. Por isso, falamos de mulheres-comunidades, fazendo eco aos estudos de Federici (2022), em diferentes partes do sul global, onde sem o trabalho das mulheres não existiriam comunidades.

Considerações Finais

Os movimentos que se forjam a partir do processo de desenvolvimento da mineração industrial, no sudeste do Pará, têm apontado para um potencial feminismo no agrário que articula as lutas por terra e território, como tem sido característico em outras partes da América Latina. A presente pesquisa participou desse esforço intelectual pela visualização dessas formas prático-teóricas constituídas pelas mulheres desde a microescala dos acampamentos às articulações mais amplas na região.

O acampamento foi evidenciado como o espaço (temporário) em que a vida cotidiana da luta e sua politização acontece. Os acampamentos em áreas de conflito com a mineração se constroem como uma necessidade frente à política imposta de desrealização camponesa. As condições de escassez e a vulnerabilidade a que os acampamentos são expostos são enfrentadas, em grande medida, pela organização das mulheres nessa escala micropolítica. Lutando por sobrevivência e vida digna, as mulheres estão vivendo e compreendendo as contradições presentes no discurso desenvolvimentista dos grandes projetos: com a presença deles, a cidade expande, mas seleciona quem pode (ou não) ter o direito a ela e ao trabalho decente, e que, nos acampamentos, a vida é o devir de um projeto de composição com a terra/natureza pelo qual lutar e resistir. Nesse projeto, “educar nossas crianças”, como as mulheres anunciam, é estratégico para a permanência e para a construção de um território de vida.

Como o acampamento é um território em uma situação de conflito, ele é um espaço dinâmico. A exposição à vulnerabilidade com a ausência de itens básicos para a sobrevivência, como água potável, e a presença de eminente ameaça à segurança dos membros ou a execução de despejos podem ser motivos para esvaziar um acampamento, como aconteceu com o Grotão do Mutum. Esse acampamento continuava resistindo coletivamente depois da expulsão, com menos famílias em decorrência da violência sofrida e, também, pela impossibilidade de sua instalação em uma área com os meios materiais necessários para a sobrevivência de todas as famílias (a área era pequena).

Por fim, o acampamento é uma construção coletiva e todas e todos estão juntos na organização e produção desse espaço. A construção das casas de madeira com o telhado de palha e lona preta faz parte da estrutura básica para a morada de famílias inteiras. Esse espaço se constitui de política, fé e trabalho produtivo, onde as mulheres são as principais protagonistas: “[...] porque a minha fé da terra é tudo! Se eu chegar, em todo lugar que eu chego, eu planto. Nos lugares onde eu passei, deixo plantada a minha fé” (Maria Joana). Inclusive porque os homens (maridos) se deslocam mais para fora do acampamento para realizar alguma atividade temporária que possa complementar a renda da família e mantê-la no acampamento. Por isso, concluímos que são especialmente as mulheres que constroem o sentido de comunidade nesses territórios. A mulher-comunidade vivencia as problemáticas desse espaço e é ela que produz alimentos e segurança alimentar, cria os pequenos animais e está, permanentemente, exposta ao preconceito de ser “sem-terra”. Conforme foi discutido no trabalho, a mineração desencadeia processos de maior patriarcalização das relações

sociais e dos territórios impactados. Dessa forma, a luta das mulheres é necessariamente interseccional, pois as cargas de discriminação que recaem sobre seus corpos são duplas ou triplas (classe, gênero e raça), o que as tornam mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, é desde essas condições que elas se mobilizam e emergem politicamente nos acampamentos e em outros espaços dos movimentos sociais.

Referências bibliográficas

Butler, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

Butler, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Business, 2019.

Butler, Judith. Vida precária. *Contemporânea*, n. 1, p. 13-33, Jan-Jun 2011.

Cabnal, Lorena. Defender un territorio de la minería sin defender a las mujeres de la violencia es una incoherencia. *Diagonal*, 2013. Disponível em: <https://www.diagonalperiodico.net/global/defender-territorio-la-mineria-sin-defender-cuerpos-mujeres-la-violencia-sexual-es> Acesso em 6 jul. 2022.

Chaves, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707>. Acesso em 19 jun. 2023.

Costa, Rita de Cássia Pereira da (Direção); Mendonça, Gilberto (Roteirização). *Terra é Vida - Acampados em luta pela Terra em Canaã dos Carajás*. [S. l.]: Laboratório e Grupo de Pesquisa Núcleo de Cartografia Social do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA/ CNPq; Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, 2018. 1 vídeo (31 min.).

Cruz, Delmy Tania *et al.* *Mapeando el cuerpo-territorio*. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017.

Cruz, Thiago Martins; Congilio, Célia Regina. Mineração e campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense. *Confronteiras*, v. 1, n. 1, 2017.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. *Comum* [recurso eletrônico]: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

Gagnebin, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: Bresciani, Stella; Naxara, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 83-92.

Federici, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

Ferdinand, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

Haesbaert, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Krenak, Ailton. Ecologia Política. *Ethnoscientia*, v. 3, n. 2 (especial), p. 1-2, 2018. [Carta/Manifesto] D.O.I.: [10.22276/ethnoscientia.v3i2.193](https://doi.org/10.22276/ethnoscientia.v3i2.193).

Malheiro, Bruno Cezar Pereira. Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção. *Revista Nera*, Presidente Prudente, n. 59, p. 13-35, 2021.

Malheiro, Bruno Cezar Pereira. *O que vale em Carajás? geografias de exceção e re-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia*. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF, Niterói, 2019.

Malheiros, Mariana. A construção de feminismos contra-hegemônicos na Bolívia: contribuições dos movimentos Mujeres Creando e Feminismo Comunitário. In: *SURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 407–428, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/45422>. Acesso em: 3 ago. 2023.

Maria Antônia. *Eu me dediquei totalmente ao sindicato*. [Entrevista cedida a] Laís Alves dos Santos. Canaã dos Carajás: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais, 2022.

Maria Diva. *A luta continua*. [Entrevista cedida a] Laís Alves dos Santos. Canaã dos Carajás: Acampamento Grotão do Mutum, 2022.

Maria Diva. *Perdemos tudo: a Des-territorialização do Grotão do Mutum*. [Entrevista cedida a] Laís Alves dos Santos. Canaã dos Carajás: Acampamento Grotão do Mutum, 2016.

Maria Eduarda. *Não existe uma pessoa ou um corpo sem a terra*. [Entrevista cedida a] Laís Alves dos Santos. Canaã dos Carajás: Acampamento Grotão do Mutum, 2022.

Maria Helena. *A chegada da mineração piorou a qualidade de vida das pessoas em Canaã*. [Entrevista cedida a] Laís Alves dos Santos. Canaã dos Carajás: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais, 2022.

Maria Joana. *Eu só quero um pedaço de terra, porque trabalhar, eu trabalho muito*. [Entrevista cedida a] Laís Alves dos Santos. Canaã dos Carajás: Acampamento Grotão do Mutum, 2022.

Maria Joana. *Não tiveram piedade: a des-territorialização do Grotão do Mutum*. [Entrevista cedida a] Laís Alves dos Santos. Canaã dos Carajás: Acampamento Grotão do Mutum, 2016.

Maria Teresa. *A gente tenta trazer elas para o movimento*. [Entrevista cedida a] Laís Alves dos Santos. Marabá: Fundação Social Agroambiental Cabanagem, 2022.

Portelli, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, Ana Esther (Coord.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 151-197.

Rivera Cusicanqui Silvia, “El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia” en revista. *Temas Sociales*, IDIS/UMSA, La Paz, n. 11, p. 49-64, 1987.

Rougemont, Laura dos Santos. *À margem da voz: sobre fronteiras e violência política contra mulheres na Amazônia*. 2021. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

Santos, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

Seabra, Joana Emmerick. Corpos-territórios no enfrentamento a megaprojetos extrativistas: reflexões sobre formas de (r)existir e viver a partir dos territórios de Abya Yala. In: ALVES, Ailce Margarida Negreiros et al. (Orgs.). *Mulheres Amazonidas: ecofeminismo, mineração e economias populares*. Brasília: INESC, 2021, p. 28-57.

Seligmann-Silva, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: Seligmann-Silva, Márcio (Org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 59-89.

Silva Júnior, Amintas Lopes da. *Paisagens acampadas: jardinando as ruínas do mundo*. 2025. 355f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, Universidade Federal do Sul da Bahia. Porto Seguro, 2025.

Silva, Idelma Santiago da; Possas, Hiran de Moura. Vozes do campesinato feminino: (des) dobrando culturas e memórias das lutas também pela terra no sudeste do Pará. *Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, v. 8, p. 310-329, 2016.

Silva, Idelma Santiago da; Venâncio Ramos Júnior, Dernival; Silva, Jerônimo Silva e. De vales e chapadas: quintais produtivos e regimes de natureza na perspectiva de mulheres assentadas em Rondon do Pará. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 16, n. 33, p. 479–511, 2025.

Silva, Joseli Maria; Ornat, Marcio Jose; Júnior, Alides Baptista Chimin. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 63-77, 2019.

Silva, Anacleto Pires da *et al.* Corpo-território: pulsar com o coração da terra. *In: Atlas da Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2025, p. 75.

Souza, Francisca Érica dos Santos. “*Para Levar uma Margarida, Tinha que Levar Todas*”: *Mineração e Resistências-Femininas na Região de Carajás (Pará e Maranhão)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade de Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2020.

Thompson, E. Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Vale. Relatório: *A Vale em Canaã dos Carajás*. 2014. Disponível em: <http://www.vale.com/pt/aboutvale/sustainability/links/linkdownloadsdocuments/relatorio-vale-canaa-carajas-2014.pdf>. Acesso em 22 jul. 2023.